

A EDUCAÇÃO DE SURDOS E AS NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO.

Carla Adriana Sousa Salazar ¹

Escola Superior de Educação - ESEC. carlacodo2013@gmail.com

Ana Flavia Caldas de Sousa²

Escola Superior de Educação - ESEC. anaflaviacaldas@gmail.com

Letícia Bezerra dos Santos³

Escola Superior de Educação - ESEC. let.sts.ufma@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é o resultado de um estudo sobre a educação de surdos e as novas tecnologias como ferramenta de inclusão. A inclusão não pode ser concebida como mera inserção, alocação, integração do aluno surdo no espaço das TIC's, mas como aquela que atente à diversidade e contemple conhecimentos sobre as especificidades de todos os alunos e pensando nesta perspectiva, surgiu o interesse pelo tema. E o objetivo geral da pesquisa é verificar como ocorre o processo inclusivo de novas tecnologias de informação (TIC's) como ferramenta de inclusão de alunos surdos dentro do contexto educacional e como práticas expandir os conhecimentos do processo histórico dos surdos no Brasil, destacando as dificuldades que os surdos têm para lidar com as novas TIC's dentro do seu processo educacional e demonstrando o quanto o processo educativo brasileiro incluem e ao mesmo tempo exclui os alunos surdos do nosso sistema educacional.

O convívio na sociedade entre as pessoas com necessidades especiais e as pessoas sem deficiência fato e questionável, pois vivemos complexidades de comportamentos, atitudes e valores que nos diferenciam daí a relevância desta pesquisa para nossa sociedade. Dessa forma, o interesse em desenvolver esta pesquisa se deu a partir de algumas questões que nos inquietam a respeito da educação de surdos, além de possibilitar outras perspectivas desta temática no campo educacional bem como colaborar socialmente para discussões da problemática educacional e social dos sujeitos surdos e as novas tecnologias como ferramenta para a inclusão dos mesmos. Portanto, este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde se buscaram diversos livros, textos literários, como também artigos que abordava sobre o tema.

Sobre o uso de instrumentos tecnológicos, ressaltamos que para Fusco (2004) as tecnologias podem oferecer ferramentas de aproximação dos sujeitos na medida em que inclui mais pessoas no sistema de ensino com múltiplas formas de conexões: por vídeos, pela escrita, por interação síncrona e assíncrona.

Desta forma, pode-se pensar que os avanços tecnológicos tornam-se novos caminhos, e que aliados as mudanças numa nova prática pessoal e institucional e social, proporcionam uma relação mais ética frente à pessoa surda. Ou seja, reiteramos a necessidade de políticas inclusivas escolares que podem estar ancoradas por meio das novas tecnologias digitais.

PROCESSO HISTÓRICO EDUCACIONAL DOS SURDOS

No Brasil, a história dos surdos começa em 26 de setembro de 1857, durante o Império de D. Pedro II quando foi fundado o Império Instituto de Surdos Mudos por um professor francês chamado Harnest Huet que também era surdo. Este instituto era considerado um asilo só para homens que vinha de todo o país e muitos eram abandonados pelas famílias, e que em 6 de junho de 1957 passou a denominar-se Instituto de Educação de Surdos. Por decreto Imperial, Lei nº 3.198, nessa época proibiram a língua de sinais nas salas de aula, mas ainda assim os alunos faziam isso nos pátios e corredores da escola. A partir daí começa as várias tentativas de um modelo de comunicação.

Por quase três décadas a educação de surdos foi promovida na rede pública estadual sob o enfoque Oralista, ou seja, o ensino consistia na aprendizagem única e exclusiva da oralidade pelos alunos que eram impedidos tanto de usar quanto de se expressarem utilizando qualquer comunicação gestual. (CABRAL, 2005)

Mediante o insucesso do Oralismo para o desenvolvimento escolar dos surdos, as escolas passam a utilizar a Comunicação Total (C.T.) Abordagem caracterizada pela utilização de todo e qualquer recurso útil para estabelecer uma interação comunicativa entre surdos e ouvintes. Aceitava uso dos sinais, mas estes passaram a ser “utilizados pelos profissionais em contato com os surdos dentro da estrutura da língua portuguesa chamado de português sinalizado” (QUADROS, 1997, p. 24) Em meio a crítica de que a C.T não possuía uma língua definida para um ensino significativo aos surdos, surge o Bilinguismo – abordagem que considera importante tanto a utilização da língua de sinais quanto do Português escrito. Difundida e utilizada atualmente, “a proposta bilíngue nasceu das pesquisas linguísticas sobre as línguas de sinais e das aspirações dos surdos.” (FRANÇA; BAGAROLLO, 2013, p. 124)

No Brasil foi denominada de Libras – Língua Brasileira de Sinais, reconhecida pela Lei 10.436/02 e regulamentada pelo Decreto 5626/05.É certo que demorou, mas mediante a sua luta, a Comunidade Surda Brasileira conquistou o direito de ter uma educação bilíngue, ou seja, tanto receber instrução quanto interagir no espaço escolar, tendo a Libras como sua L1 e a Língua Portuguesa escrita, como L2.

Na atualidade essa mesma orientação está descrita em muitos referenciais. Um exemplo é o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024, Meta 4.7, cujo texto orienta os sistemas de ensino para: “Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”. (PNE, p .56)

O termo deficiência auditiva ainda é usado de forma indiscriminada para designar pessoas que apresentam qualquer perfil, tipo ou grau de surdez. Mas, Honora (2014) descreve uma diferença bem básica nas características apresentadas pelas pessoas que as possuem: Deficiente auditivo: apresenta surdez leve ou moderada mas não lhe impede a compreensão e a expressão da fala oral. Fazem uso de AASI, leitura labial e sua

alfabetização é mais facilitada. Pessoa surda: normalmente tem surdez severa ou profunda não compreende facilmente a oralidade, nem faz uso constante dela e utiliza-se da língua de sinais.

INSERÇÃO OU INTEGRAÇÃO

Se partirmos da premissa de que a inclusão é um princípio educativo que deve garantir a todos os alunos independente de sua deficiência ou necessidade especial acesso, permanência e pleno desenvolvimento acadêmico têm que primar pela adoção de políticas e estratégias educacionais que assegurem a plenitude da escolarização e do desenvolvimento desses alunos. Destaca-se diante dos processos de integração que os maiores problemas residem no preconceito e nos problemas sociais, dentre eles a desinformação da sociedade, superproteção por parte das famílias, carência de recursos, insuficiência de serviços disponíveis e entre outros. (MAZZOTTA, 2011)

É evidente que deste enfoque pode-se criar paralelos para outras situações em que se operam mecanismos de inserção e integração. Essa exclusão, para os surdos, se dá pela diferença linguística do surdo sinalizador, que tem seu processo de aprendizagem construído por meio da língua de sinais e por estratégias visuais. Quando o professor não utiliza a Libras, (língua de sinais brasileira), como mediadora do ensino, há uma forte possibilidade deste aluno não participar efetivamente da aula – isto é uma forma de exclusão, ainda que o aluno esteja incluído na sala de aula.

Apesar da educação bilíngue de surdos ser discutida no Brasil desde a década de 80, sendo ratificada pela Declaração de Salamanca em 1994, que orientou para que as políticas educacionais levassem em total consideração as diferenças e situações individuais, a comunidade surda, consciente das suas diferenças linguísticas e culturais ainda sofre com os princípios de integração, onde necessita ainda reivindicar por várias mudanças.

Segundo o Censo Escolar (INEP, 2012) o total de alunos surdos na Educação Básica é de 74.547, os dados indicam a fragilidade da oferta e, conseqüentemente, da matrícula na educação infantil (4.485); a dificuldade de acesso à educação profissional (370), a predominância de matrículas no ensino fundamental (51.330); a queda das matrículas no ensino médio (8.751); a crescente evolução de matrícula na EJA (9.611). De acordo com o Censo da Educação Superior (INEP,2011), há um total de 5.660 estudantes matriculados em cursos superiores, sendo 1.582 surdos, 4.078 com deficiência auditiva e 148 com surdocegueira.(MEC/ SECADI, p.3)

Desse modo a escolarização dos surdos necessita-se ainda de suporte político, educacional, para viabilizar uma melhor escolarização. Com o advento das novas TICs, verifica-se no próximo tópico que essa ferramenta poderá facilitar uma melhor democratização dos meios de comunicação e informação, ofertando materiais mais atrativos e compreensivos para comunidade surda, que conforme os dados vêm reduzindo-se a predominância de matrículas desses alunos nas escolas.

NOVAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NA ÁREA DA SURDEZ

Durante o século XX com o avanço das tecnologias e ciências a surdez é encarada como algo que pode ser corrigido. Na antiguidade, os aparelhos usados eram cornetas ou tubos acústicos. Em 1948 surgem os aparelhos com pilhas. Em 1953 passa a ser

usado o transistor em prótese. Em 1970 aparecem as primeiras tentativas de implantação coclear.

Com as novas tecnologias educacionais para os surdos, a mesma pode proporcionar para esse público alvo uma inclusão que os possibilite dar continuidade no seu processo educacional. O desenvolvimento tecnológico tem-se dado e pode ser percebido em muitos aspectos da vida cotidiana. Além dos estudos em andamento, pesquisas e investimentos feitos na geração de novas tecnologias e superação das já existentes, frutos dos passos já conquistados podem ser usufruídos pela sociedade proporcionando mais “conforto” ao usuário, tais como aparelhos eletrônicos, automação residencial e industrial, internet wireless, etc.

Como exemplo pode, vê-se hoje um vasto uso pelos sujeitos surdos de aparelhos que tem possibilitado a comunicação de forma mais ágil mesmo à distância, portanto por meio da troca de mensagens de textos via celulares, conversas por vídeo por webcams, acesso a serviços de empresas privadas por meio de telefones e atendimentos específicos às suas necessidades: o apoio de intérpretes de língua de sinais, por exemplo, por meio de uso de centrais telefônicas. Além destes já conhecidos, observa-se que muito se tem estudado com relação à temática da inclusão por meio da tecnologia e difusão da Libras por meio de programas interativos digitais (FUSCO, 2004).

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nas escolas, mais especificamente no interior das salas de aula, tem sido uma temática bastante discutida nos últimos anos e que vem suscitado opiniões divergentes.

Embora ainda existam controvérsias a respeito dos impactos sobre os indivíduos da grande disponibilidade de informações e da real democratização dos meios de comunicação e informação, é notável que as novas TIC's viabilizem não só a circulação dessas novas produções, mas trazem também em sua bagagem elementos que possibilitam o uso e ainda a autoria de materiais mais ricos, atrativos e sobre diversos temas, utilizando-se de muitas linguagens, gráficos, animações, sons, textos, vídeos e outras mídias que, quando combinados, produzem mais significados do que a soma de cada parte isolada poderia significar separadamente, caracterizando a chamada “multimodalidade” ou “multisemiose” dos textos contemporâneos (ROJO; MOURA, 2012). O arranjo desses diversos fatores que dão significado ao texto exige, portanto, multiletramentos.

Portanto, vale ressaltar que seria interessante que este processo tecnológico de inclusão seja expandido para as diversas instituições de ensino. Todavia, este é um começo e uma abertura que trará novidades, pois ao formar professores fluentes em Libras e intérpretes de língua de sinais, as instituições escolares possam abrir espaços para estes profissionais, desse modo facilitará a vida educacional dos alunos surdos, tornando assim novas propostas de inclusão social para estes alunos. Sabemos que não basta apenas oferecer intérpretes de Libras. Há que se pensar em mudanças curriculares e em adaptações que favoreçam as diferenças linguísticas do surdo.

Pode-se observar como resultado da pesquisa que ao longo desses anos a educação de surdos no Brasil teve muitos avanços, mas é necessária a quebra de alguns paradigmas existentes nessa questão. Neste sentido, observar-se que a inclusão de pessoas com necessidades especiais é um grande desafio que a educação brasileira enfrenta. Portanto, um dos grandes desafios da educação é conseguir que todos os alunos independentemente da sua deficiência tenham acesso à educação básica de qualidade, por meio da inclusão escolar.

Discutiu-se como são difíceis para os surdos serem inseridos dentro do contexto educacional e como as TIC's podem ajuda-los a serem inseridos em uma sociedade em que a cada dia se torna tecnológica. Sem dúvidas, as ferramentas tecnológicas podem criar, e ser bem usadas, para aqueles que não escutam e não participam dos estímulos/efeitos sonoros, assim dando mais facilidades de mediação e articulação de uma proposta inclusiva com qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se a reflexão que mesmo havendo uma grande distância na inclusão de alunos surdos, dentro de um contexto educacional e tecnológico. As Políticas Educacionais de Educação Especial Inclusiva propõem a inclusão do surdo no sistema regular de ensino, mas não se adequa as reais necessidades dos surdos, pois ficou evidenciado na pesquisa que houve um grande avanço na inclusão de alunos surdos no contexto escolar e que existem diversas tecnologias ao seu favor, mas que as mesmas ainda não chegam totalmente a esse público nas instituições educacionais.

Assim, observa-se um desajuste entre as leis e a prática de inserção do surdo no meio de uma educação tecnológica, em vista que estudamos e vivemos em uma sociedade pensada por ouvintes e para ouvintes. Essa realidade precisa ser revista, pois no momento atual nossa sociedade é invadida pelas tecnologias, onde a cada dia a mesma passa fazer parte da vida dos que participam dela. Portando para que os surdos se sintam incluídos dentro das TIC's precisar-se que seja assegurada uma educação que contemplem as suas especificidades e sua cultura.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abr. de 2002. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 08 agos.2018

_____, **Plano Nacional de Educação- 2014-2024**. Brasília, 2014. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/3000/pne-meta-4> Acesso em : 07 jun.2018.

_____, **Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. MEC/SECADI. Brasília, 2014 Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/Relat%C3%B3rioMEC_SECADI%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Relat%C3%B3rioMEC_SECADI%20(2).pdf)>. Acesso em: 08 agos.2018

CABRAL, I. Santos. **A inclusão de alunos surdos no Complexo Educacional Governador Edson Lobão**. 2005. 50f. Trabalhos de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial). Universidade Estadual do Maranhão. São Luis, 2005.

FRANÇA, M. V.R; BAGAROLLO, M.F. **Surdez: a importância do diagnóstico para o desenvolvimento do surdo**. Rio de Janeiro, Wak Editora. 2013.

FUSCO, E. **X-LIBRAS: um ambiente virtual para a Língua Brasileira de Sinais**. Marília, 2004. Dissertação (Mestrado em Computação). Centro Eurípedes de Marília. Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha, Marília, SP: 2004.

HONORA, Marcia - **Inclusão Educacional de Alunos com Surdez: concepção e alfabetização: ensino fundamental, 1º ciclo/** Marcia Honora. – São Paulo: Cortez, 2014.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre, 1997.

ROJO, R. H. R.; MOURA, E. (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.